

Abreu pedirá o voto para verba extra do Orçamento

Ailton C. Freitas 22.11.89

O ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, vai sugerir ao presidente José Sarney que vete a "programação especial" incluída pelos parlamentares no "orçamento da União" para 1990, aprovada quarta-feira à noite pelo Congresso. Essa "programação especial" prevê uma dotação de NCz\$ 1,6 bilhão, a preços de maio, para atender projetos de interesse dos deputados e senadores.

A informação sobre a intenção do ministro do Planejamento foi dada, ontem, pelo secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Parente. Segundo ele, a "prorrogação especial" representa um "aumento de despesas feito pelo Congresso no orçamento do próximo ano, atribuição que não lhe compete pela Constituição". Parente afirmou que o texto constitucional estabelece claramente que a

fixação do montante das despesas e das receitas da União é de competência exclusiva do Presidente da República.

O secretário de Orçamento e Finanças acusou o Congresso de ter criado despesas sem definir os recursos que irão custeá-las.

O voto do Presidente a essa "programação especial" será, na avaliação dos parlamentares do orçamento para 1990, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), incluiu, a última hora, no texto que foi quarta-feira à noite a Plenário, "a programação especial" no mesmo artigo que determina a indexação do orçamento pela Unidade de Referência Orçamentária (URO), defendida pelo Executivo. Como o presidente não pode vetar uma parte do artigo, se quiser retirar a "programação especial" do orçamento Sarney terá que abrir mão da indexação.



Parente: Congresso não tem competência para aumentar despesa